

História da educação no Rio de Janeiro: uma reflexão sobre fronteiras¹

Claudia Alves 

Professora Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo

A partir de inventário em programas de pós-graduação no Brasil (1972-2001), são desenvolvidas proposições sobre a delimitação da história da educação como área de estudos e sobre o Rio de Janeiro como campo empírico de pesquisas. Em face da consolidação e profusão quantitativa atual da área, apresenta-se, com base na última década, os trânsitos e fronteiras que imprimem novos contornos para a história da educação, em função da emergência de áreas temáticas específicas do campo. Procura-se demonstrar como o diálogo com os campos da educação e da história continuam necessários para o aprofundamento de categorias como “regional”, “nacional”, “município”, de modo a se erguer uma historiografia da educação fluminense não apartada do domínio das ferramentas do conhecimento histórico.

Palavras-chave: História da Educação; Rio de Janeiro; Historiografia.

Abstract

History of Education in Rio de Janeiro: a reflection about frontiers

From the inventory of postgraduate programs in Brazil (1972-2001), propositions are developed on the delimitation of the history of education as a field of study and in Rio de Janeiro as an empirical field of research. In view of the current quantitative consolidation and profusion of the area, it presents, based on the last decade, the transits and borders that give new contours to the history of education, due to the emergence of specific thematic areas of the field. It seeks to demonstrate how the dialogue with the fields of education and history continues necessary for the deepening of categories such as “regional”, “national”, “municipality”, in order to raise a historiography of Rio de Janeiro education not separated domain tools of historical knowledge.

Keywords: History of Education; Rio de Janeiro; Historiography.

Resumen

Historia de la Educación en Rio de Janeiro: una reflexión sobre las fronteras

A partir de inventario en programas de postgrado en Brasil (1972-2001), se desarrollan proposiciones sobre la delimitación de la historia de la educación como área de estudios y sobre Río de Janeiro como campo empírico de investigaciones. En vista de la consolidación y profusión cuantitativa actual del área, se presenta, con base en la última década, los tránsitos y fronteras que imprimen nuevos contornos para la historia de la educación, en función de la emergencia de áreas temáticas específicas del campo. Se busca demostrar cómo el diálogo con los campos de la educación y de la historia continúan necesarios para la profundización de categorías como “regional”, “nacional”, “municipio”, de modo a erigirse una historiografía de la educación fluminense no apartada del dominio de las áreas herramientas del conocimiento histórico.

Palabras clave: Historia de la Educación,=; Rio de Janeiro; Historiografía.

¹ O presente trabalho resulta de estudos que contaram com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

Por iniciativa da coordenação do Grupo de Trabalho História da Educação, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), entre os anos de 2003 e 2004², foi realizado um grande inventário da produção de pesquisa em História da Educação em diversos estados e regiões brasileiras. Naquela ocasião, recebemos a incumbência de realizar o levantamento dessa produção, integrando a equipe nacional, a partir da pesquisa levada a cabo nos programas de pós-graduação do estado do Rio de Janeiro. Naquele momento, optamos por fazer uma varredura em todos os programas de pós-graduação do estado, no lugar de restringir o levantamento aos de educação e de história, como se esperava inicialmente, no âmbito do levantamento nacional³. Tínhamos como pressuposto que os objetos de estudo que caracterizam nossa área poderiam aparecer em pesquisas de áreas diversas, sobretudo pelo lugar que ocupou o Rio de Janeiro na história da pós-graduação brasileira.

De fato, a hipótese foi confirmada pela pesquisa, que cobriu o período de 1972 a 2001, considerando a primeira dissertação defendida como marco inicial desse período temporal, e encerrando-se em 2001, devido ao período coberto pelos registros no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). À época em que foi realizado o levantamento, poucos programas de pós-graduação possuíam bancos desse tipo em suas páginas eletrônicas e, mesmo quando estavam iniciando essa divulgação em formato digital, somente os trabalhos mais recentes estavam disponibilizados para consulta. Além do banco da Capes, contei com um levantamento realizado pela ANPEd, que tinha em seu portal um arquivo com resumos de dissertações e teses defendidas entre 1971 e 1982 em programas de Educação do Brasil, onde pude encontrar trabalhos finais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), o mais antigo programa do Brasil, da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Instituto de Ensino Superior Albert Einstein (IESAE) de grata memória. Bases como a do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) – que dispunha de informações sobre a PUC e a UFRJ, a Plataforma Lattes, a Base Minerva da UFRJ e o Banco de teses e dissertações da PUC, também, foram consultadas, além dos catálogos publicados por diversos programas (ALVES, 2005).

² Coordenavam o GT 02 – História da Educação – da ANPEd os professores José Gonçalves Gondra e Carlos Eduardo Vieira, que lideraram a referida iniciativa de inventário.

³ O resultado da pesquisa foi publicado, sob a forma de capítulo, no livro que reuniu os textos do levantamento nacional (GONDRA, 2005).

Obviamente, não tivemos condições de ler todos os trabalhos completos, e tomamos por base os resumos disponíveis nesses acervos. Seleccionamos, então, 930 títulos como pertinentes ao interesse do mapeamento, encontrados em 69 cursos de 17 instituições de educação superior do estado do Rio de Janeiro. Da leitura dos resumos foram emergindo os critérios de inclusão e exclusão do que poderia ser considerado pesquisa em história da educação. Essa seleção correspondeu a parâmetros associados à outra hipótese que norteou o levantamento. Como o objetivo da pesquisa era perceber a construção da História da Educação como área de estudos, optamos por afrouxar os critérios de definição do que seria uma dissertação ou tese em história da educação. Tentávamos, dessa maneira, evitar o movimento de projetar, para o passado, critérios de pertencimento à área que não estavam claramente definidos no momento de organização da pós-graduação, nas décadas de 60 e 70 do século passado. Entendemos, então, que a abordagem histórica teria de ser percebida na sua manifestação multifacetada, contemplando vertentes teóricas variadas e respeitando, inclusive, empreendimentos que, embora equivocados na apreensão dos procedimentos de pesquisa, de alguma forma, debruçavam-se sobre processos analisados no seu transcurso temporal.

Foram incluídos trabalhos que possuíam duas características essenciais:

- a. objetos de pesquisa ligados a processos formativos ou seus determinantes, em espaços escolares ou não;
- b. presença de algum tipo de dimensão temporal no tratamento dado ao objeto.

Mas foi preciso, também, criar outras linhas de corte, eliminando trabalhos que, mesmo se encaixando nessas características bastante abrangentes, possuíam outras que descaracterizavam a pesquisa histórica. Optamos, então, por cortar trabalhos:

- a. centrados em registros de memória individual e coletiva, ou de experiências atuais, sem pretensão de relacioná-las a contextos mais amplos;
- b. voltados para a avaliação de experiências educativas exclusivamente por meio de entrevistas com os atores que delas participaram;
- c. que, tratando de atores individuais ou coletivos que tiveram papel destacado na educação, estavam focados em questões de outra área disciplinar (a política, por exemplo);
- d. dedicados a aspectos da história da ciência ou de campos profissionais que não incluíam, nas suas questões, qualquer preocupação com os processos formativos;

- e. focados na discussão de princípios filosóficos da educação, tratados na sua lógica interna, sem referência ao contexto, condições de produção ou trajetória de pensadores;
- f. em que a assimilação do aporte teórico-metodológico de uma corrente historiográfica não chegava a caracterizar a historicização do objeto de pesquisa;
- g. cujo objeto tocava temas caros à educação, mas com tratamento próprio de áreas profissionais como a psicologia, a medicina, o direito etc. (o exemplo da infância era o mais recorrente).

Primeiro momento da reflexão sobre as fronteiras

Relendo hoje esses critérios, percebemos que eles levantam uma série de questões a respeito de como delimitamos a produção que integra o conhecimento construído em história da educação. Qualquer seleção lida com memórias mais ou menos consolidadas assim como, também, inaugura uma memória. Qualquer seleção toca em territórios nos quais se inter cruzam identidades, poderes, mecanismos de legitimação (CERTEAU, 1982; KOSELLECK, 2006). As decisões sobre o que incluir, como sendo história da educação, moviam-se nesse terreno, induzindo a noção de quem estaria autorizado a nele penetrar.

Apesar de ter partido de uma perspectiva bastante abrangente da pesquisa histórica em educação, sem pretensão de constituição de um território de donos estabelecidos a priori, ainda assim, foi preciso demarcar os seus limites. E que problemas emergiram nessa fronteira? Em primeiro lugar, o tratamento dado aos materiais que trazem indícios da experiência passada nem sempre caracteriza pesquisa histórica, porque se restringe a tomá-los em si mesmos, sem submetê-los a qualquer interrogatório que os confronte com seu contexto de produção. Em segundo lugar, encontramos abordagens que, mesmo demarcando um período de tempo, mantêm sua fidelidade a áreas disciplinares que fogem a uma construção no âmbito da historiografia. Em terceiro lugar, pode-se perceber a ausência da operação historiográfica mesmo quando se enuncia a utilização de um arsenal teórico oriundo do campo da história.

Os cortes foram muitos e, ainda assim, restou muita coisa que achamos pertinente considerar como pesquisa em história da educação. Delineou-se, então, um retrato que trazia algumas revelações. O tratamento historicizante de questões da

educação aparece desde o começo da organização dos programas de pós-graduação em educação, responsáveis por 72% dos trabalhos incluídos no levantamento. A temática era muito escassa nos Programas de História, o que não nos surpreendeu. Mas a grande revelação do nosso mapeamento foi a atenção com objetos, em princípio, “nossos” em programas de áreas inauditas. Na época, escrevi que o desenho era como algo que “se esparramava em pontas, levando o interesse por temas e abordagens da história da educação a territórios disciplinares inéditos”.

Em geral, naqueles campos profissionais que, por meio da pesquisa organizada nos programas de pós-graduação, apresentou-se a oportunidade de aprofundar a reflexão a respeito de suas práticas, emergiu alguma produção sobre os processos formativos, buscando historicizá-los. Essa produção iniciou-se de forma individualizada, mas havia núcleos em que se percebia um estímulo concentrado em história da educação. Destacava-se, por exemplo, a série de trabalhos da Escola de Enfermagem da UFRJ, sobre a história da formação de enfermeiras no Brasil – e aí o gênero é uma das marcas dessa história. Outro conjunto interessante de dissertações e teses foi encontrado no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE)/UFRJ sobre a história da formação dos engenheiros. Também no Programa em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Rural, e no de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) encontramos teses e dissertações em história da educação. Nos mestrados em Música do Conservatório Brasileiro de Música, no de Psicologia da PUC-Rio, no de Psicologia Social da UERJ, no de Serviço Social da UFRJ. Estes foram os casos mais interessantes, já que a surpresa não era tão grande em cursos ligados à formação de professores, como a Educação Física da Gama Filho ou a Matemática da PUC.

Mas os leitores podem estar se perguntando: Por que revisitar essa pesquisa feita há tantos anos? Esta é uma pergunta plausível. Primeiramente, poderia justificar dizendo que a distância no tempo já me faz supor que uma parte do público dos eventos científicos e da literatura da área, composto de muitos estudantes de pós-graduação, certamente, desconhece essa pesquisa. E penso que ela ainda nos faz perceber traços que, ao compor a história da história da educação no Rio de Janeiro, nos ajudam a compreender algo do que vivemos hoje.

Porém, o cenário atual já comporta diferenças que precisariam ser aquilatadas com uma pesquisa complementar, o que não foi possível para este texto, pois exigiria um esforço de pesquisa ainda maior do que o empreendido na ocasião. Mas tomá-la

como ponto de partida tem o objetivo principal de construir interrogações que nos ajudem a nos aproximar do tema que nos interessa: perspectivas de análise, objetos e fontes, referidos à História da Educação carioca e fluminense. Por que revisitar, então, aquele mapeamento? Porque ele traz elementos para a reflexão sobre duas grandes fronteiras que, a nosso ver, devem ser levadas em consideração no nosso debate: uma relativa à história da educação como área de estudos, e outra referente ao Rio de Janeiro como campo empírico das nossas pesquisas.

Para isso, entretanto, algumas ressalvas precisam ser feitas para tomarmos distância e entendermos os limites dos dados com que trabalhamos. Na pesquisa que tomamos aqui como ponto de partida, o *corpus* documental foi constituído por dissertações e teses defendidas em programas do estado do Rio de Janeiro. Apesar de já ter sido um acervo quantitativamente numeroso, sua constituição como fonte respondia ao recorte traçado para o projeto. Um amplo levantamento, em verdade, teria de percorrer vários periódicos especializados da nossa área disciplinar específica, além dos periódicos da educação, como grande área, da história, de outras disciplinas das ciências humanas e sociais, tanto no Brasil como no exterior. Também teria de incluir os extensos anais dos congressos internacionais, nacionais, regionais, temáticos, locais que agregam o enorme público da história da educação que existe atualmente no Brasil. Agregaria um vastíssimo material bibliográfico em livros individuais e coletâneas etc. Se, à época, este já era um material difícil de ser reunido, pela sua vastidão, hoje parece um empreendimento, se não impossível, bastante custoso, tão grande é o volume da produção em história da educação.

E este é um primeiro dado importante a se considerar na reflexão sobre o que tem sido tratado e como se tem produzido pesquisa histórica em educação. Nesse período de tempo que nos separa daquele levantamento, a área não parou de crescer em número de pesquisadores, em organização de grupos de pesquisa, em criação de periódicos, em publicações de livros e produção de materiais diversos em suportes digitais, em organização de eventos científicos e intercâmbio internacional. O Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro (EHEd)⁴ é um dos

⁴ O EHEd resultou da iniciativa de um grupo de historiadores da educação ligados ao GT 02 da ANPED e à Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), e teve sua primeira edição em 2007, na Universidade Federal Fluminense. Os textos dos palestrantes convidados foram publicados no livro *História da Educação: desafios teóricos e empíricos* (ALVES, C. et al. 2009).

exemplos, perseguindo rotas abertas por eventos de outros estados, com tradição mais consolidada⁵.

Quando participamos de eventos internacionais, ou quando viajamos em missões de pesquisa ou intercâmbio internacional, conseguimos ter a dimensão de como nossa comunidade de historiadores da educação é expressiva frente às demais. Já constituímos a maior delegação das reuniões anuais da *International Standing Conference for the History of Education*, a ISCHE, que é nossa entidade internacional, que congrega as sociedades nacionais de História da Educação, deixando bem atrás comunidades como a da França e a da Inglaterra. Nos congressos luso-brasileiros e ibero-americanos da área, então, constituímos cerca de 90% dos pesquisadores participantes.

Esse quadro resulta, obviamente, do investimento do governo brasileiro em pesquisa e pós-graduação e não diz respeito exclusivamente à nossa área. Mas, no âmbito da educação, a grande área a que estamos filiados, a história da educação é, talvez, a que mais cresceu e se renovou. Cabe pensar como esse panorama se expressa e impacta na pesquisa produzida em nível local, no estado do Rio de Janeiro. Pensamos que esse contexto não pode ser desprezado na reflexão sobre alguns aspectos que tocam à temática deste texto.

Perspectivando historicamente a construção da área de pesquisa no estado, a partir dos dados do trabalho realizado anteriormente, um elemento que salta aos olhos é o pioneirismo que essa região assumiu em termos de formação em nível de pós-graduação, em particular, em educação. Os objetos característicos da história da educação estiveram presentes desde as primeiras dissertações defendidas, e o Rio de Janeiro foi um centro formador de pesquisadores de diversas partes do Brasil. Na área da Educação, esse fenômeno ganhou uma amplitude particular, que resultou da multiplicação das Faculdades de Educação, criadas pela reforma universitária de 1968 e fortalecidas pela política para a educação superior na década de 1970. Pesquisadores do Rio de Janeiro estiveram na raiz da organização do GT de História da Educação da ANPED e da Sociedade Brasileira de História da Educação.

⁵ Os dois estados com maior solidez na construção de eventos locais são o Ceará e o Rio Grande do Sul, sendo que este último possui, ainda, sua própria entidade representativa da área, a Associação Sul-Rio-Grandense de Professores e Pesquisadores em História da Educação (ASPHE), a qual mantém um periódico importante, intitulado História da Educação. Também os estados de Minas Gerais e Maranhão têm mantido seus encontros estaduais. Encontros regionais, como o Norte-Nordeste e do Centro-Oeste, também são demonstrativos do potencial de organização da área no Brasil, nas últimas décadas.

A pesquisa histórica nas fronteiras da educação

Estamos adentrando, por este caminho, à primeira das fronteiras que indicamos anteriormente: a da história da educação como área de pesquisa. Muito já se escreveu e debateu a respeito da filiação de origem da história da educação à educação e não à história, situação que não é exclusiva do Brasil, mas caracteriza muitos outros países. Embora no século XIX existissem obras que se dedicaram a registrar a trajetória das iniciativas de instrução no tempo, a marca mais forte da história da educação veio de seu papel como disciplina na formação de professores, no caso brasileiro, a partir do início do século XX.

Debatemo-nos fortemente com essa identidade, quando a pesquisa em história da educação expandiu-se na pós-graduação. As marcas do discurso religioso e da abordagem filosófica, os textos impregnados de intenções voltadas para os ideais e projetos nacionais, as narrativas icônicas, as chaves interpretativas moldadas pelos debates internos ao campo intelectual da educação em certas épocas, tudo isso foi esquadrihado criticamente, revisto, questionado, a partir de novas lentes que se interpunham na edificação da pesquisa. A pós-graduação inaugurou uma nova fase para a história da educação, em que os parâmetros da pesquisa buscaram romper com a tradição disciplinar proveniente da educação. Houve um grande esforço de apropriação das ferramentas da pesquisa histórica, constituindo-se um corpo de historiadores da educação, que sucedeu o perfil até então predominante de professores de história da educação. O tema já foi tratado por vários pesquisadores da área⁶ e se apresentou como parte integrante do retrato que obtivemos na pesquisa a que nos referimos.

Observando os dados daquele mapeamento, percebe-se como o tratamento histórico dos problemas da pesquisa educacional foi favorecido inicialmente pela vertente marxista, ao lado de questões histórico-filosóficas, com forte presença de temáticas do que se convencionou denominar como pensamento educacional brasileiro. Na década de 1990, a penetração da Nova História Cultural francesa trouxe novo vigor à constituição da área, renovando os objetos e a abordagem. Em parte, o formato espraiado da pesquisa por áreas profissionais que nos surpreenderam em nosso mapeamento passou pela repercussão dessa corrente historiográfica, pois o movimento coincidia com a segunda metade da década de 1990. Marxismo e história cultural foram, então, os dois motores teóricos da consolidação da pesquisa histórica em educação no Brasil,

⁶Vários textos marcaram esse debate, sendo os de Miriam Warde (1984) e o de Clarice Nunes e Marta Carvalho (1993) fundamentais na demarcação das questões aqui referidas.

nas décadas finais do século XX. Por meio dessas vertentes teórico-metodológicas, efetuou-se o trânsito da filiação à educação para a aproximação com a história.

No começo do século XXI, entretanto, arriscamo-nos, aqui, a anunciar um outro trânsito, nesse âmbito das fronteiras da história da educação como área de estudos. De certa forma, ousamos afirmar que a história da educação autonomizou-se da história. Em que sentido? Como detectamos que se processou esse movimento na última década e como ele se traduz?

A multiplicação dos grupos de pesquisa, o amadurecimento dos pesquisadores das novas gerações, a intensificação do debate nos fóruns de divulgação científica da área criaram um amplo círculo de trocas e de invenção em nível internacional. No rastro das novas questões levantadas pela história cultural, muitas temáticas ganharam expressão e geraram projetos articulados internacionalmente, fortalecendo terrenos de pesquisa que se tornaram muito próprios da história da educação. Cito alguns: os manuais escolares, por exemplo, forjaram redes de pesquisadores empenhados em resgatar acervos, compreender seus modos de produção, sua relação com a história editorial, a história do currículo, da profissão docente, da leitura etc. Outra temática parida no âmbito da história da educação foi a história das disciplinas escolares, por motivos óbvios. Mas podemos nos reportar, ainda, ao tema dos edifícios escolares, em geral na sua relação com o espaço urbano; ou à história das instituições escolares; ou à questão da cultura material escolar.

Penso que estes exemplos são suficientes como evidências do fenômeno a que estamos nos referindo. Desejamos demonstrar que, ao lado de questões e temas que provinham e cruzavam muito facilmente com a história, a sociologia, a ciência política, a filosofia, e aí não só o pensamento educacional, mas os intelectuais, as políticas educacionais, os problemas sociais que adentram a escola sob a forma de racismo, desigualdade social, de gênero, conflitos geracionais etc., forjaram-se temáticas específicas da história da educação, que emergiram no seu próprio campo de pesquisa, e que nutriram a construção de objetos que têm uma espécie de marca identitária.

Há um aspecto, entretanto, com relação a isso, que é preciso esclarecer. Não pretendo dar a esta constatação um caráter laudatório, porque não se trata de buscar um motivo para que a área se vanglorie. Antes disso, ao mesmo tempo em que identificamos no processo o resultado da consolidação da história da educação como área de pesquisa, devemos estar atentos aos riscos que a situação comporta, tanto na

construção de nossos objetos de pesquisa, quanto com relação às abordagens que se fazem presentes. É hora de observarmos os problemas advindos de um possível fechamento em nós mesmos, que já transparece, principalmente, nos trabalhos dos alunos da pós-graduação, mas não exclusivamente. Os pós-graduandos são a nova geração de pesquisadores em formação, o que significa que seus trabalhos, em boa parte, repercutem as perspectivas da geração que os está formando. Em parte pela exigência que acelera a divulgação de resultados, pela pressão por publicar, estamos vivendo um aligeiramento da pesquisa histórica em educação, que já começa a transparecer em eventos da área.

Ampliamos significativamente o rol de fontes utilizadas em nossas pesquisas, valorizando materiais antes desvalorizados, sobretudo aqueles produzidos na escola. Ganham novo tratamento textos, imagens e objetos que abriram novas frentes de trabalho, como a imprensa estudantil, os mapas de frequência, os murais didáticos, as fotografias escolares, o mobiliário escolar e os materiais da escrita, só para citar alguns elementos de acervos da educação que têm sido trabalhados na área, inovando na formulação de objetos de pesquisa e estimulando a construção de novas perspectivas de análise.

Podemos dizer que uma nova história da educação foi e está sendo escrita a partir do intenso trabalho das novas gerações de historiadores, formadas desde a organização dos programas de pós-graduação e sob a égide de sua expansão. A profusão que temos hoje de trabalhos publicados desenha um cenário muito distinto da longa permanência que tiveram os manuais da disciplina, até a década de 1980. Embora já haja publicações que investem na síntese, em manuais para a formação de professores no ensino médio ou na graduação, por vezes em novos formatos, muita coisa ainda fica de fora, tão vastos e variados são os caminhos de pesquisa, as frentes de ação educativa descortinadas, as novas abordagens de temas já tradicionais.

Tudo isso deve ser tomado como expressão de amadurecimento, mas um sério perigo nos ronda. Sob o efeito das demandas de nosso próprio crescimento, por um lado, e do fascínio que as fontes sempre despertam, por outro, corremos o risco de reduzir nosso campo de análise. Já percebemos, em parte dos trabalhos, uma narrativa que despreza a contextualização ou a amesquinha, sem conseguir tecer fios que problematizem e enriqueçam a análise do objeto de pesquisa. Não podemos abandonar o diálogo com a historiografia, não só da educação, mas aquela mais geral, que trata de temas correlatos e discute as chaves interpretativas.

Finalizando, então, a reflexão a respeito da primeira das fronteiras que apontei, aquela referente à configuração da história da educação como área de estudos, gostaria de chamar a atenção para a imprescindível sintonia que a história da educação tem de manter, tanto com a história quanto com a educação.

Múltiplas fronteiras históricas da educação no estado do Rio de Janeiro

A segunda fronteira que nos propomos a trazer à reflexão, neste texto, a do campo empírico que pode ser delimitado como pertinente aos nossos objetos, também merece ser problematizada. A própria nomenclatura que utilizamos nos eventos locais da área levanta uma questão fundamental, quando nomeia duas identidades territoriais: a “carioca” e a “fluminense”. O Rio de Janeiro, como bem sabemos é uma invenção, surgida no curso da história política de uma outra ficção, a nação brasileira. A herança da ocupação colonial, calcada em uma ação de fatiar a grande região geográfica do continente a ser explorado, esteve na base da delimitação daquilo que se tornou o atual estado do Rio de Janeiro. Mas a fratura, a partir de 1834, entre o Município Neutro, sede do governo imperial, e a Província do Rio de Janeiro, resultou e fomentou pertencimentos político-territoriais distintos, embora imbricados. A passagem a Distrito Federal, depois a estado da Guanabara, além da centralidade política e cultural da cidade do Rio de Janeiro no panorama nacional, conferiram certa artificialidade à fusão que ocorreu em 1975. Por essa história, podemos compreender como o que é “carioca” continua a distinguir-se do que é “fluminense”.

Mas estas são denominações que não podem ser elevadas a categorias de análise, sob pena de englobarmos realidades muito diversas sob um mesmo rótulo. Elas precisam ser problematizadas.

Se retornamos ao mapeamento realizado anos atrás, veremos que esse problema não chegou a ser colocado. Em verdade, não estávamos com o foco dirigido ao campo empírico dos objetos pesquisados. A produção dos programas de pós-graduação do estado do Rio de Janeiro incluía muitos temas que ultrapassavam as fronteiras da unidade político-administrativa. Um dos ecos da centralidade da cidade, que concentrava, e concentra, parte importante dos Programas de Pós-Graduação, era o tratamento de questões de âmbito nacional, ou, pelo menos, pensadas como tal. Medidas administrativas, políticas dirigidas a certos ramos de ensino, instituições, intelectuais, correntes

pedagógicas, muitos temas assumiam feição de questões gerais, tratadas como se fossem válidas para todo o Brasil.

Este também foi um problema enfrentado nos nossos fóruns e publicações, desmontando-se uma história da educação que se apresentava como brasileira, a partir de um ângulo concentrado no Sudeste, que projetava a perspectiva para as outras regiões do país. Logicamente, esse viés resultava de um processo histórico mais amplo e não de uma decisão perversa dos historiadores, mas a crítica a essa centralização do olhar foi extremamente produtiva. Um dado interessante de comparação no tempo pode ser obtido na própria publicação que reuniu os inventários apresentados ao GT da ANPEd (GONDRA, 2005). Os inventários do Sudeste foram feitos por Estados, enquanto os das outras partes do país foram realizados por regiões.

Tantos anos depois, um empreendimento desta monta não poderia restringir-se a regiões sem pecar pela qualidade. Hoje, no Brasil, já existe muita pesquisa em nível estadual sendo feita nos programas de pós-graduação em educação, e possivelmente nos de história e de outras áreas disciplinares, nos próprios estados e fora deles. Também, como vimos, multiplicaram-se os eventos de história da educação em nível estadual, bem como as linhas de pesquisa, periódicos e livros.

Levantamos, então, a questão: Em que esse novo panorama nos provoca para refletirmos sobre a história da educação no Rio de Janeiro, seja carioca, seja fluminense? Como estamos dialogando com essa produção localizada em outros estados para enriquecer as perspectivas de análise sobre o nosso próprio campo empírico? Que medida passamos a ter do nosso próprio desconhecimento?

Pensamos que estas são questões importantes, que poderiam desencadear projetos de pesquisa sobre a historiografia da educação no estado do Rio de Janeiro. Diante dos resultados de pesquisa de outros lugares, podemos formular novas interrogações; verificar aproximações e distâncias; perceber envolvimento que se estendem para além das fronteiras inventadas pelo domínio administrativo; confrontar processos nos seus ritmos; observar modos de circulação, apropriação, mecanismos de objetivação e legitimação de projetos dos mais variados matizes. Nossos objetos de pesquisa são, agora, convocados a se ver em outros espelhos.

Em parte, isto está sendo feito por meio de projetos interinstitucionais que vêm se debruçando em temas já consolidados na história da educação brasileira, como os grupos escolares, as escolas normais, o ensino secundário, a cultura mate-

rial escolar etc. Também se cruzam com as iniciativas de preservação do patrimônio educacional e acervos escolares, que têm adquirido maior expressão. Os eventos temáticos, assim como as sessões coordenadas dos congressos da área, têm cumprido o papel de reunir as peças desse grande quebra-cabeças que começamos a montar, impondo-nos a tarefa de incorporar esse novo quadro à construção de nosso próprio campo empírico.

A outra face desse cenário diz respeito à delimitação estadual da pesquisa. Se para alguns objetos o enquadramento estadual é válido, na medida em que o cruzamento com as políticas e a administração estadual comandam o seu desenho, para outros pode funcionar como uma camisa muito apertada ou, pelo contrário, muito larga. Então, deparamo-nos com as perguntas: O que abarca a denominação “carioca”? Ou, mais complexo ainda, o que pode ser chamado de “fluminense”?

Quanto ao município do Rio de Janeiro, são muito evidentes as formas como o local e o nacional se imbricam nos objetos de pesquisa. A repercussão no plano nacional de instituições como o Colégio Pedro II ou a Universidade do Brasil, de políticas como a implementada por Anísio Teixeira no Distrito Federal, no início da década de 1930, são exemplos do quanto elementos que seriam, em princípio, de âmbito municipal, projetam-se no nível nacional por motivos óbvios. Isso, entretanto, não pode elidir a diversidade que pulsa nesse universo delimitado pelo município, aberto a investigações que mergulhem na sua especificidade.

Com relação ao estado do Rio de Janeiro, então, ainda marcado pela sua antiga configuração, aqui referida ao adjetivo “fluminense”, a multiplicidade é ainda muito maior. Esse nosso grande desconhecido, apesar de sua reduzida dimensão em termos territoriais, abriga diferenças regionais gritantes, que têm fortes impactos nos percursos históricos dos processos educativos. Regiões de imigração europeia precoce, por exemplo, tiveram escolas implantadas que respondiam à certa tradição cultural. Regiões de duradoura exploração da agricultura monocultora, com a persistência dos traços do trabalho escravo apresentam outra configuração histórica para os processos de escolarização. A metropolização da Baixada Fluminense repercutiu diferentemente nos vários municípios, apesar da tendência englobante do processo. São apenas alguns exemplos, pinçados com o objetivo de chamar a atenção, não só para o nosso amplo desconhecimento da história da educação dita “fluminense”, como para problematizar essa identidade.

Perfis de público e de profissionais da educação; ações não conformadas às instituições escolares, iniciativas isoladas de formação especializada; intelectuais que desempenharam papéis de liderança em nível local; possibilidades de criação de escolas de níveis variados e estratégias locais de construção de alternativas de acesso; modos de difusão do letramento e circuitos de leitura; todos esses são campos temáticos, cada um sujeito a um amplo espectro de objetos de pesquisa que aprofundem o conhecimento sobre a história da educação em diferentes regiões do estado do Rio. Há que louvar, especialmente, os trabalhos desenvolvidos pelas colegas da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), da Faculdade de Formação de Professores da UERJ em São Gonçalo, da Universidade Católica de Petrópolis e pelas pesquisadoras do Centro de Pesquisa Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense, que já apresentam resultados em projetos locais. Não são os únicos, mas, com certeza, os mais visíveis em seus esforços.

Considerações finais

O volume da produção que resulta da pesquisa histórica em educação atualmente no Brasil apresenta repercussões de variadas formas sobre o trabalho dos historiadores geograficamente situados no estado do Rio de Janeiro, vinculados a grupos institucionalizados nas instituições de educação superior ou criados por iniciativa de redes locais, ligadas ou não a instâncias formalizadas. Assim como é impossível pensar a produção local descontextualizada desse panorama nacional, também não temos a pretensão de abarcar a complexidade dessas relações.

Propusemos, neste texto, duas questões que, a nosso ver, merecem reflexão mais aprofundada, com vistas à busca sempre incessante de qualificar os resultados do trabalho empreendido na área, nessa delimitação político-territorial que tomamos como objeto. Nesse sentido, problematizar as fronteiras que construímos para a necessária delimitação de nosso objeto empírico, assim como aprofundar o domínio das ferramentas que constroem o conhecimento histórico (ARÒSTEGUI, 2006) nos parecem desafios permanentemente repostos.

A construção de nossos objetos de investigação deve continuar emergindo do diálogo profícuo entre a história e a educação, para não nos deixarmos aprisionar em qualquer espécie de narcisismo científico. A apropriação do debate historiográfico permite a inserção de nossos objetos em processos que os ultrapassam e, por isso mesmo,

permitem que as análises que construímos se sofisticuem e contribuam para outras visões da história brasileira. O acompanhamento do debate educacional constrói o sentido do conhecimento que produzimos, indispensável ao tratamento de problemáticas que somente à luz da história podem ser compreendidas com maior profundidade.

A tarefa não é exclusiva dos historiadores da educação do Rio de Janeiro, nem pode ser pensada em termos individualizados, mesmo que por grupos de pesquisa ou instituições. Procuramos tratar, aqui, de um parâmetro fundamental para uma pauta coletiva que já vem sendo enfrentada por boa parte da área, mas que percebemos que está entrando em uma zona de risco, dada a quantidade de trabalhos que parecem supor como suficiente o encontro de acervos interessantes a serem explorados. Por esse motivo, levando em conta o público de pesquisadores em formação, quisemos chamar a atenção para a necessidade de construirmos objetos e análises que consigam se distanciar das fontes para verdadeiramente interrogá-las.

Finalizando, então, esperamos ter contribuído com essa abordagem, ainda inicial, sobre as duas zonas de fronteiras que elegemos problematizar. Pensamos que nosso trabalho deve prosseguir investindo em aprofundar a reflexão sobre o que e como produzimos, construindo permanentemente uma crítica historiográfica que auxilie a perspectivar nossos resultados de investigação e fomentar a renovação dos objetos e das análises que efetuamos.

Referências

- ALVES, C. A escrita da história da educação na pós-graduação no Rio de Janeiro (1972-2001). In: GONDRA, J. G. (Org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2005. p. 113-55.
- ALVES, C. et al. (Orgs.). *História da educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2009.
- ARÒSTEGUI, J. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1982.
- GONDRA, J. G. (Org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2005.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2006.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. Historiografia da educação e fontes. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 15, 1992, Caxambu. *Cadernos ANPED*. Rio de Janeiro, RJ, Anped, 1993.

WARDE, M. J. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. *Em Aberto*, Brasília, v. 3, n. 23, p. 1-6, set./out. 1984.

Submetido em: 02-10-2018

Aceito em: 16-12-2018.